



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2018

Ata n.º 11

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de três de maio, sendo a Mesa Composta por: -----
Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----
Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----
Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----
 e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de posse de novo membro do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 08-03-2018; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da despesa plurianual referente ao concurso público para a empreitada de execução de pinturas no pavimento no município de Albufeira;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para execução da "empreitada de beneficiação de ruas, estradas e caminhos em zonas pontuais do concelho de Albufeira";-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no município de Albufeira;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª revisão das grandes opções do plano 2018-2021;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª revisão do orçamento para o ano 2018, incluindo a 2.ª alteração ao mapa de pessoal.----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (membro suplente PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (membro PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho,



de Ferreira - Jorge Carmo, de Albufeira e Olhos de água - Indaleta Cabrita e da Guia - Dinis Nascimento.-----

Faltas: Helena Maria Palhota Dias Simões e Gaspar Manuel Rocha Meirinho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Gago e Rui Bernardo.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Gostava de chamar para integrar na mesa o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ilha do Sal, Dr.º Júlio Lopes, que nos dá a honra de estar aqui presente."-----

Presidente da Câmara da Ilha do Sal: "Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, senhores deputados. É com grande prazer e muita honra que estou em Albufeira a representar a Câmara Municipal do Sal e a Ilha do Sal. Os nossos dois municípios encontram-se ligados por um acordo e cooperação que dura há vinte e um anos e que deu muitos frutos no passado e queremos que essa geminação tome novas dinâmicas para ser como era antigamente. Fiquei muito sensibilizado, quando participei há dias na Assembleia Geral da UCCLA e foram apresentados dados sobre lusofonia e fiquei um pouco surpreso, não imaginava que a lusofonia era uma comunidade importante a nível mundial, não tinha essa noção. Inclusivamente foi dito que depois da saída da Inglaterra da União Europeia, Portugal é o país que tem mais falandos no mundo. Segundo as estatísticas é a quarta língua do mundo, primeiro é o chinês, depois o indiano ou inglês e em quarto lugar vem a língua portuguesa. A língua portuguesa não é património de Portugal, é um património de vários continentes e de vários países. Temos Portugal, Brasil, que é o maior falante da língua portuguesa no hemisfério sul do continente americano, temos os países de África, Ásia, Timor-Leste, Goa, ou seja, a língua portuguesa, como diz o poeta, é uma pátria importante e tudo temos de fazer para glorificar na linha do poeta essa língua. A melhor forma de glorificar a nossa pátria, porque é desta forma que também nos relacionamos com os outros, a cultura é



a matriz mais importante da cultura de qualquer povo. É normal que cada país, tendo em conta as suas especificidades, esteja integrado em várias regiões, Portugal ao nível da União Europeia, Cabo Verde ao nível do continente Africano, zona ocidental de África e ao nível também da Macaronésia, onde estão Açores, Madeira e Canárias. Todo esse projeto que temos de Cabo Verde ser um arranque dos continentes, apesar de todas estas diferenças e desses enquadramentos nós temos esse enquadramento geral que é a língua portuguesa. Da nossa parte, a Câmara Municipal do Sal, tudo faremos para dinamizar essa componente de Cabo Verde e do Sal em particular. Essa comparação não se faz somente ao nível macro, entre o governo de Cabo Verde e o governo de Portugal, ao nível governamental, mas também é muito importante essa cooperação fazer-se ao nível micro, ao nível dos municípios, neste caso concreto o município do Sal com o município de Albufeira. Porque é nesse nível mais baixo, mais real, é que entra a cidadania. Queremos que haja essa integração entre os cidadãos, neste caso da Ilha do Sal e de Albufeira. Vós, membros da Assembleia Municipal, sois os representantes legítimos dos cidadãos deste município. Neste contexto queria manifestar o meu enorme prazer em estar aqui e agradecer ao Presidente da Assembleia por me ter dado a palavra par me dirigir perante vós."-----

Presidente da Assembleia: "Muito obrigado senhor Presidente. É com prazer que o recebemos nesta Assembleia Municipal. Em nome de todos os membros desta Assembleia obrigado pelas suas palavras, carinho e amizade para o município de Albufeira."-----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Miguel Pinheiro: "Houve um erro informático e não recebi, por email, os pontos do um ao cinco. Saíu do email da Assembleia mas não chegou ao meu, tinha uma proposta, que seria como já existe em vários municípios, que a documentação fosse disponibilizada numa plataforma para que os membros da Assembleia tivessem acesso com credenciais, para evitar estes problemas de logística. Dos pontos que não recebemos informação, apenas o terceiro e quarto são pontos que até ontem não tínhamos informação, por isso, no terceiro e quarto ponto vou me ausentar da sala e não vou votar. No quinto ponto vou usar os dados que tenho do que tinha vindo direto do gabinete da Câmara para votar."-----



Presidente da Assembleia: "É inadmissível que sabendo que o regimento diz que, se a convocatória tem de ser feita com determinado período de tempo, espere até à Assembleia para não pedir os documentos. Se recebeu a convocatória e não recebeu os documentos, no mínimo pedia os documentos. Porque nem a todos isso aconteceu, portanto o problema não deve ter sido da Assembleia."-----

Miguel Pinheiro: "O email saiu da Assembleia, está verificado porque depois foi reencaminhado novamente e o meu nome estava lá incluído, mas houve um erro informático, que está fora do meu âmbito e do âmbito da Assembleia."-----

Presidente da Assembleia: "Mas faz com que não exerça o seu direito de membro da Assembleia e participe em todos os pontos. Se, um ou dois dias tiver sido auferido a Assembleia corrige. Qualquer das maneiras também não foi por esse motivo, já tinha sido antes, já estive reunido com o Presidente da Câmara para acelerarmos a produção do site da Assembleia Municipal, onde queremos que sejam disponibilizados e sem credenciais todos os documentos para que todas as pessoas possam aceder aos documentos que vêm à Assembleia Municipal. Ontem tomei notícia que de facto algumas pessoas não tinham recebido todos os documentos, peço que quando isso aconteça que no mesmo dia ou no dia a seguir contatem a Assembleia para a recolha desses elementos. Porque eles são enviados para todos no mesmo email. Eu, por acaso recebi todos, sei que houve membros da Assembleia que não receberam, pode ser um erro informático, mas os membros da Assembleia não podem ficar sem informação, peço alguma diligência nesse sentido para que consigamos chegar no mais curto espaço de tempo os documentos em falta. Alguns são pesados, nomeadamente o ponto quinto, pode acontecer que seja rejeitado pelo destino, mas todos os membros têm de disponibilizar o tamanho suficiente da caixa para receber este email, porque a disponibilização dos documentos é via eletrónica."-----

Leonardo Paço: "Sendo um documento pesado não tem necessidade de ser enviado em conjunto."-----

Presidente da Assembleia: "Recebemos o relatório de entrega do email a todos."-----

Pedro Coelho: "Isso é muito estranho, eu não recebi e tenho a caixa com uma elevada taxa disponível."-----

Presidente da Assembleia: "Uma coisa é certa, se todos receberam e foram todos no mesmo email não houve seleção de alguns para não receberem. O email vem para todos da mesma forma, há um erro informático, se o envio é feito na segunda feira, na terça



feira contactam e recebem. Muito antes disto já estávamos a tentar solucionar com uma plataforma, um site para colocarmos lá a informação. Já pedimos, também aos serviços, para nos criarem uma dropbox para colocar lá os documentos todos e remeter para todos, só que há procedimentos que temos que os cumprir. Se não receberam os documentos eu assumo essa responsabilidade, se os senhores quiserem tirar os pontos da ordem do dia também assumo essa responsabilidade e retiramos, para que ninguém fique vetado de deliberar o que quer que seja e marcamos a Assembleia para amanhã ou para a semana, é o máximo que posso fazer. Para que não haja dúvidas, vão ser remetidos os comprovativos de receção dos emails para todos os membros, para que o que o Pedro Coelho acha estranho, seja esclarecido."-----

Francisco Oliveira: "Eu por acaso também não recebi, mas verificamos o envio e no topo do email estava a indicação das caixas para onde foram remetidos. Isto é uma situação que já tem acontecido, nomeadamente quando estava a Carla acontecia-me com alguma frequência, não receber um ou outro documento, mas eu telefonava e depois eram enviados. Não está em causa o problema de eventualmente se retirar os pontos por isso, se forem retirados é por outra razão, que aqui se delibere nesse sentido. A questão é alertar para que de facto a dropbox ou uma plataforma permita não ter este tipo de problema."-----

Presidente da Assembleia: "Como disse logo no início já estamos muito à frente, estamos a trabalhar com os serviços da Câmara para a criação da página da internet da Assembleia, para que a documentação seja disponibilizada genericamente, não só para os membros da Assembleia. A questão da dropbox há alguma discussão, saber se é compatível com o sistema da Câmara para nos permitir fazer isso. A questão do site facilita e muito, porque tem os links para os documentos, espero que não leve muito tempo. O senhor Presidente já disponibilizou os meios para o efeito, para o site da Assembleia Municipal, agora é só uma questão de se saber se será um sub-site no site da Câmara ou se será um site autónomo da Assembleia Municipal."-----

Francisco Oliveira: "Isso poupava algum trabalho à Luisa."-----

Presidente da Assembleia: "Não, a convocatória vai sair sempre e os documentos vão sempre por email. Tem mais trabalho, mas é preferível ter mais trabalho do que termos mais conversas sobre o mesmo tema. O trabalho tem de ser fluído, a informação tem de ser dada para que possamos fazer o nosso trabalho, é essa a preocupação da mesa. Aos membros da Assembleia, eu assumo a responsabilidade



eletrónica dos emails não terem chegado a uns e terem chegado a outros. Se houver uma proposta nesse sentido quando o ponto chegar, retiramos o ponto, se não temos uma declaração antecipada do Miguel que será colocada em ata."-----

Francisco Guerreiro: "Em primeiro lugar quero dizer ao nosso Presidente que a situação que levantei na última Assembleia já foi resolvida, muito obrigado. Por outro lado quero chamar a atenção que no Beco da Correeira falta um stop e uma placa que indique que aquela rua não tem continuidade. Por acaso estava lá ontem e quase que houve lá um acidente e reparei que foi por falta de sinalética. Na Av. Sá Carneiro está um posto de eletricidade meio tombado, sei que não é responsabilidade da Câmara, mas penso que a Câmara poderá fazer alguma coisa."-----

Presidente da Câmara: "Também vi ontem e já tomei nota. Obrigado."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Só queria sugerir que as Assembleias começassem a rodar pelas Freguesias, penso que isso estava falado e tem todo o interesse por causa da proximidade com as comunidades das Freguesias."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de posse de novo membro do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira; -- Foi tomada posse pelo membro representante da AHRESP no conselho Municipal de segurança de Albufeira. -----

Presidente da Assembleia: "Mais uma vez agradecer a sua disponibilidade e da AHRESP para participar no Conselho Municipal de Segurança, bem como no que melhora este município pode prover em termos de segurança e discussão deste assunto e a sua disponibilidade pessoal também para o mesmo. Muito Obrigado."-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 08-03-2018;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Renato Pimenta-----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na sessão de 08-03-2018 os membros Ana Cristina Oliveira, Miguel Pinheiro, Rui Bernardo, e Rui Gago pelo que não votaram -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da despesa plurianual referente ao concurso público para a empreitada de execução de pinturas no pavimento no município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----



PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para execução da “empreitada de beneficiação de ruas, estradas e caminhos em zonas pontuais do concelho de Albufeira”; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Miguel Pinheiro -----

Ausências: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Rui Serôdio, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no município de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: “Gostaria de colocar algumas questões tendo em consideração que se trata de um ponto extremamente amplo, apesar de termos tido aquela reunião preliminar, fiquei com uma ideia que agora parece ter sido alterada, em função de uma segunda proposta, uma segunda alteração ou revisão daquilo que teria sido a proposta inicial. A ideia com que fiquei é que, inicialmente estaríamos a falar de uma proposta de cinquenta milhões mais iva para dez anos e nesta segunda versão o valor em termos de valor base seria quarenta e cinco milhões mais iva, para oito anos. Fazendo a análise



empírica comparativa dá a sensação destes cinquenta milhões para dez anos serem mais baratos, por assim dizer, do que os quarenta e cinco para oito. Portanto, um esclarecimento sobre essa questão, sendo que feitas as contas estamos com um aumento substancial em termos de três milhões setecentos e oitenta e oito mil de aumento em função desta redução do prazo. Outra questão que teria sido colocada seria a da indemnização dos trabalhadores que eventualmente não transitassem ser suportado neste concurso. Mas a ideia com que fiquei naquela reunião é que o pagamento dessas indemnizações tinha já sido assegurado no que diz respeito ao primeiro concurso, portanto o que está a terminar. Portanto, a empresa que agora terminará o contrato é que teria de assegurar o pagamento de eventuais indemnizações caso os trabalhadores não transitassem. Mas verifico que nesta proposta estão incluídos os montantes para a indemnização. Indo a outras questões mais técnicas, parece-nos a nós que este contrato pode ter aqui algumas dificuldades, nomeadamente, com a saída da nova alteração do Código de Contratos Públicos, que obriga, em determinadas situações, à divisão por lotes. Essa divisão por lotes poderá implicar a necessidade de, num caso em concreto, não poder ser atribuído a uma única entidade. É uma questão de análise, não vou afirmar, porque ainda não verifiquei, mas pode efetivamente, porque em algumas circunstâncias para permitir a concorrência entre as partes, está determinado no Código dos contratos públicos a necessidade, em alguns casos, de valores superiores a quinhentos mil euros terem de ser loteados. Estas questões parecem-nos extremamente importantes, sabemos que os oito anos é realmente um prazo longo, mas compreendemos e temos de referir que à economia de escala que permitirá que nos oito anos essa situação seja amortizada, por assim dizer. Temos conhecimento da dificuldade que os municípios vão tendo em contratar pessoal para fazer este tipo de trabalho e isso ter de ser feito em outsourcing. O que gostaria de realçar foi algo que aconteceu no anterior contrato que foi alguma dificuldade de fiscalização da empresa que estaria a fornecer os serviços e, portanto, ter havido uma série de situações anormais que realmente não se verificaria. E o resultado disso foi que Albufeira em determinada altura teve problemas com o lixo e com a limpeza, todos nós sabemos dessas circunstâncias e, portanto, gostaríamos de assegurar, nessa perspetiva aqui, uma ideia de que se pudesse reduzir os valores, se isso fosse possível, e que a fiscalização, no caso da nova empresa seja mais acutilante, permitindo que os serviços sejam prestados nas devidas condições. Estas seriam as primeiras questões



que gostaria de colocar e de ouvir por parte do senhor Presidente algum esclarecimento."-----

Renato Pimenta: "Só queria perguntar porquê que a Câmara não assegura a limpeza do concelho?"-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões colocadas pelo Francisco Oliveira, a diferença entre quarenta e cinco para cinquenta milhões ou ao contrário de cinquenta para quarenta e cinco, tendo em conta a parte temporal, em termos de datas, é preciso notar que independentemente de ser em oito ou dez anos o investimento é o mesmo, em termos de equipamentos. Não há redução, as recolhas são idênticas, os contentores são os mesmos, as ilhas são as mesmas, há uma amortização à volta de dez milhões de euros em equipamentos, que em vez de ser em dez anos é feita em oito. Vem aumentar a parcela de amortizações feita. Depois da primeira proposta, a proposta tem sido dinâmica, algumas coisas foram alteradas, a questão dos dez anos passou para os oito anos. Houve outras diferenças, nomeadamente com a forma do modelo de recolha, na primeira estava dois ou três carros de recolha lateral e agora está recolha bilateral, que encarece ligeiramente, não muito mais. Essencialmente é por causa das amortizações, o investimento sendo o mesmo, diminui-se os anos, o coeficiente de divisão é inferior logo o coeficiente é maior. Relativamente às indemnizações, faço notar que aqui também houve uma alteração, o pessoal que está agora a trabalhar para a empresa que vai terminar o contrato vai se manter, caso o entendam, ou seja, o novo concessionário será obrigado a questionar os atuais trabalhadores, se querem ficar com a nova empresa ou não. Se não quiserem saem, mas saem por livre vontade, aí não há direito a indemnização. Se entenderem que querem continuar, continuam com o novo concessionário e é feito um contrato novo. Em relação a indemnizações a não ser que haja despedimentos. Em relação à alteração do CCP, o que têm dito, e falando em experiências pelo resto do país, foi-me dito que os dez anos, e daí foi uma das razões que me levou a reduzir dos dez para os oito, os dez anos normalmente o Tribunal de Contas questiona por achar talvez demais, os oito anos tem sido perfeitamente pacífico em vários municípios. Em relação à fiscalização, evidentemente que quando se está a pensar num novo contrato temos de pensar que há aqui como que uma chicotada psicológica, quando se pretende ver modelos diferentes, algumas experiências inovadoras neste campo, quando se pretende que haja equipamentos novos, com alguma garantia de melhor serviço e mais eficácia. É preciso ver que temos camiões de recolha



a funcionar com treze anos. Um camião com treze anos independentemente de ser altamente poluidor, em termos de eficácia não é a mesma. Depois temos uma série de coisas que é preciso alterar, é preciso modificar contentores, é preciso modificar as varredoras, é preciso uma série de coisas que estão neste momento quase obsoletos, algumas delas paradas, porque são camiões que andam com grandes rotações e que o desgaste é enorme. Andam muito, têm quase um milhão de quilómetros. A fiscalização, evidentemente que é uma das coisas que tem feito falta, estou de acordo com isso. Temos tido um problema com a fiscalização porque quase não temos Polícia Municipal. Está um concurso a decorrer para quinze novos agentes, esse concurso tem de avançar rapidamente e tem de se agir nesse campo, independentemente de já termos aplicado, neste último ano, várias coimas a munícipes. É importante registar um aspeto, é importante que o novo concessionário, em colaboração com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia, que estão mais próximas das pessoas, que é a educação ambiental, não apenas nos jovens e crianças, nos jardins-de-infância e primeiro ciclo, que é mais fácil de fazer, penso que essa batalha já há longos anos tem sido feita. Essa educação ambiental será uma batalha ganha, mas falta relativamente aos adultos. Os adultos e principalmente os comerciantes. Os comerciantes têm de ser melhor, entre aspas, educados, melhor formados no sentido de não fazerem coisas que muitas vezes fazem. Muitas vezes são eles os principais provocadores de determinado tipo de situações que vão ocorrendo e que aumentam o trabalho e o dispêndio que os concessionários vão ter. Porque se houver uma pessoa que deixa os sacos encostados com o contentor vazio, que acontece isso centenas de vezes, vi caixas de papel sem serem espalmadas com o contentor de papel completamente vazio e elas ali no chão. Vi, há pouco tempo, no compactador do P5, avariou numa semana duas vezes, e é um drama se aquilo avaria, tem de ser solucionado de uma outra forma. Já tenho algumas possibilidades, mas não sei qual será a melhor, perdeu-se a oportunidade quando a Polis fez a intervenção toda, nessa altura de ter enterrado o lixo em ilhas ecológicas, tinha sido perfeito nessa altura. O compactador avariou duas vezes pela simples razão que houve alguém que foi lá meter uns caixotes de papelão, daquele extremamente grosso, e aquilo tem umas rodas dentadas e ficou lá, não andou mais nem para a frente nem para trás, teve de ser tirado. E passados três ou quatro dias aconteceu a mesma coisa. São situações que não são vistas logo à partida, não há dúvidas que a fiscalização tem de agir, mas antes disso temos de prevenir a fiscalização. Há dois anos começamos com



a recolha porta a porta, deu resultado no verão, deu bom resultado nos Olhos de Água, por todos os comerciantes aderiram, enquanto na baixa de Albufeira nem todos aderiram, não percebo por que razão. Depois há outra questão, que é aqueles que levam os sacos de rojo e lá vai o óleo a cair pelo caminho, há uma série de coisas que realmente há que resolver. Estamos num concelho extremamente difícil, porque foi no dia dez de agosto, o engenheiro Macário Correia que estava na altura na ALGAR, telefonou no dia a seguir para dizer que Albufeira tinha recolhido no dia dez de agosto de dois mil e dezasseis, tinha sido o record de todo o sempre no Algarve e num único concelho, trezentas e dez toneladas de lixo só num dia. E estou a excluir o vidro e o papel, são lixos separados, lixo orgânico, lixo indiferenciado trezentas e dez toneladas. Isso origina alguns problemas, a par disso temos o problema, como todos os setores têm, que é a falta de pessoal. Relativamente à questão que o Renato apresentou sobre a reversão para a Câmara Municipal, não vejo que isso seja possível e uma das razões será esta do pessoal. Faço lembrar que há algum tempo a Câmara Municipal abriu concurso para quatro motoristas, só concorreram dois e só veio um. O turismo tem o impacto que tem, se para uma empresa privada é difícil arranjar pessoas para um município muito mais difícil é, principalmente se se tratar de operacionais. Se abrirmos concursos para assistentes técnicos se calhar aparecem muitos, mas para operacionais, pessoal para trabalhar na estrada, para trabalhar nas águas, porque as máquinas não fazem tudo, e para trabalhar no lixo, que são situações extremamente drásticas e más, dificilmente conseguimos. Era um investimento que o município tinha de fazer logo à partida, faz na mesma porque tem de pagar no período de oito anos tem de pagar a um concessionário."-----

Francisco Oliveira: "Quanto à questão das indemnizações a empresa que ainda está no contrato, por via do contrato anterior reteve um determinado montante para este tipo de indemnizações. Saber se a Câmara Municipal irá receber esse montante, se esse montante será transitado para a nova empresa após o concurso, como é que efetivamente essa situação se irá resolver? Outra questão, quando falou na situação dos preços, verifica-se que há realmente um aumento, em função da redução e da própria amortização como referiu. Porém a questão é saber se, não levantando o problema, como referiu dos dez anos do Tribunal Constitucional, se o aumento para os dez anos não permitira esse esvaziar deste montante, desde que não houvesse essa dificuldade, como o senhor Presidente referiu, no caso dos dez anos."-----



Presidente da Câmara: "Relativamente à questão dos dez anos acho que é um risco enorme porque é extremamente difícil, por causa do Tribunal de Contas. Os oito anos, por aquilo que os entendidos na matéria dizem que é o melhor processo. Os dez anos é um risco e não podemos, é difícil estar a arriscar dessa maneira. Relativamente às indemnizações colocava a questão ao engenheiro Filipe, o chefe de divisão do ambiente."-----

Engenheiro Filipe André: "Relativamente às questões das indemnizações, posso fazer a contabilização, posso fazer a determinação dos custos para este concurso, naturalmente que o valor das indemnizações deverá constar nesse estudo, porque poderá haver colaboradores da atual empresa que não passarão, outros que passarão para a prestação de serviços, sendo que no final dos oito anos é necessário contabilizar, é necessário que o concessionário entregue nos seus custos o valor dessas indemnizações, porque há uma incerteza relativamente a esse período, não sabemos se o município irá avançar o novo procedimento, em que condições é que irá lançar esse procedimento, se será outsourcing, naturalmente para os colaboradores o risco deverá ser acautelado, deverá ser incluído na estrutura de custos, é como que uma rubrica provisional para que possa eventualmente fazer face a esses encargos. Quando se faz uma previsão de custos há que contabilizar os custos totais, para lançar naturalmente à concorrência de mercado. Omitindo esse valor provisional das indemnizações chegaríamos ao final dos oito anos e vamos supor que a Câmara integraria internamente a recolha dos lixos e a empresa teria de pagar essas indemnizações, ou parte delas. Esse valor tem de estar forçosamente integrado na estrutura de custos do estudo financeiro, ainda que num estudo geral. Isto é uma análise, um estudo, uma previsão."-----

Francisco Oliveira: "Percebo perfeitamente a questão e entendo, mas a questão que estava a colocar é, tendo também a empresa que neste momento está contratada essa provisão relativamente ao pagamento das indemnizações, e como o senhor Presidente acabou de referir, na eventualidade dos trabalhadores saírem por modo próprio e não quererem continuar, a minha questão é, há pagamento de indemnização? Se houver pagamento de indemnização esse valor lá estará, se não houver esse valor é devolvido à Câmara Municipal, tendo em consideração que não foi despendido? Ou ficará com a empresa que neste momento continua com o contrato dos lixos? A questão que coloco é, para futuro, das duas uma, vamos supor que a Câmara Municipal ou qualquer outra



empresa, ao fim dos oito anos é a nova adjudicatária, a Câmara Municipal assume uma nova empresa por via de concurso, como é que funciona esse montante? Esse montante é uma reserva? É um montante dado a fundo perdido? É um montante que depois reverte para a Câmara Municipal? Já agora faria outra questão, relativamente aos equipamentos e aos veículos e todo o material, que neste momento está obsoleto, isso concordo com o senhor Presidente, o que será feito desse material? Ficará com a Câmara Municipal ou será depois vendido, será dado baixa do mesmo?"-----

Pedro Coelho: "Da leitura do documento surge-me duas questões, estando nós a terminar um ciclo de programação tanto de financiamento interno como de políticas ambientais, vamos iniciar outro ciclo, dois mil e vinte, dois mil e trinta e isto leva a que as metas de reciclagem, as práticas de reciclagem, as técnicas de gestão de resíduos possam trazer metas acrescidas. Se assim for, perspectiva-se que assim seja, a nível dos resíduos urbanos biodegradáveis e ao nível dos seletivos, como é que este contrato vai acomodar esta alteração? De uma forma muito simples, se for exigido aos municípios metas acrescidas ao que existe onde é que fica o custo dessa alteração do sistema? Porque o que está previsto aqui, dando o exemplo, o sistema PAYT tem apenas um projeto piloto, se tivermos que alargar para mais áreas do concelho ou os resíduos urbanos biodegradáveis do projeto piloto se calhar é por aí que vai o caminho do próximo ciclo, de alargar de forma mais abrangente aos concelhos, como é que este contrato vai conseguir acomodar esta nova forma de implementar essas recolhas. Essa é uma questão que não vejo aqui bem clara. Outra questão, como isto é um contrato do ponto de vista da abrangência das áreas a abarcar, a questão dos lotes para alguns tipos de atividade nomeadamente a limpeza urbana, pode ser completamente distinta da recolha de resíduos, se não seria uma mais-valia, se isso foi ponderado ou não, independentemente da obrigatoriedade, porque isso permite trazer aqui mais flexibilidade."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "É um ponto sensível, a limpeza urbana e a limpeza das ruas. É onde nós temos mais reclamações, ainda hoje liguei para o engenheiro para alertar. Acho que deve haver uma fiscalização, os munícipes já pagam umas taxas na água, apesar de terem de ser educados e ter algum cuidado, mas temos de ter em atenção que já estamos a pagar na fatura da água a recolha de resíduos. Acontece que acho que deveria de haver uma fiscalização por parte da Câmara, porque não temos de ser nós a pedir à empresa para fazer a limpeza e é o que tem acontecido



últimamente. É das coisas que temos mais reclamações é a limpeza. É uma matéria um bocado sensível em que temos de analisar que é uma empresa que já está a fazer o mesmo serviço, se vamos dar à mesma empresa temos de ter em atenção se vamos fiscalizar a empresa ou se vamos continuar a ter o mesmo sistema.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente aos equipamentos que estão agora a chegar ao fim de vida, evidentemente que muitos deles terão de ser vendidos para o ferro velho. Alguns que estejam mais operacionais e que tenham ainda alguma possibilidade de vida, de trabalho ficam, porque temos a limpeza das praias que continua a funcionar com o pessoal da Câmara. Relativamente à questão do quadro comunitário que se aproxima e tendo em conta as metas, poderão vir a ser definidas, não podemos estar aqui a fazer uma coisa, com uma perspetiva que pode vir a acontecer, se acontecer este cenário é assim, se acontecer outro cenário é de outra maneira. Estamos a pensar naquilo que poderá acontecer. Quando houver as alterações, como qualquer alteração, evidentemente que se poderá ter uma discussão à volta desse campo, dessas alterações obrigatórias por lei. A questão da separação dos resíduos, o Pedro sabe tão bem como eu, ou melhor até, é a ALGAR. A recolha dos resíduos separados é feita pela ALGAR, evidentemente que haverá aqui um trabalho, antes desse trabalho da ALGAR, que caberá à Câmara Municipal. Relativamente à questão da divisão por lotes, separar as duas coisas, penso que o não. O Francisco Oliveira há pouco falou da questão do efeito escala e penso que aí continua a ser esse ponto. Uma coisa que está retirada deste concurso, que estava no anterior é a deservagem, vai ser feita num procedimento à parte. O que o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras falou, não podemos estar a pensar que isto vai cair à mesma empresa. É um concurso público internacional, que tem os seus critérios, conforme está no programa de concurso, o preço é cinquenta e cinco por cento. A questão da fiscalização, tem de haver mais fiscalização, que haja mais educação ambiental, que haja mais sensibilização das pessoas adultas e comerciantes terá necessariamente de haver e isso compete muito à Câmara Municipal. A empresa também tem de fazer o seu papel, tem de colaborar. Há poucos dias havia uma zona, por trás da rodoviária, onde estavam os indivíduos de étnia cigana, que estava extremamente cheia de resíduos e os serviços da Câmara em conjunto com a EcoAmbinete e com eles próprios fizeram uma recolha de perto de trinta toneladas de lixo, saíram daquele mato. Há dias falei com a engenheira responsável da EcoAmbiente, por via provavelmente dessa ação, foi despoletada por



mim, porque houve queixas, logo pensei que os dois serviços do município, quer a ação social quer o ambiente a tratar, no sentido de os trazer para a resolução do problema e não para o problema. Porque eles é que geraram aquele problema. E eles próprios, não sei se gostaram das máquinas, o que é certo é que a EcoAmbiente contratou dois deles. A sensibilização das pessoas terá de ser feita e terá que ser feita uma fiscalização muito apertada.”-----

Pedro Coelho: “O plano estratégico nacional de resíduos está em elaboração e está perspectivado que vai terminar em Junho deste ano. Durante a vigência deste processo concursal podemos ter um novo plano cá fora, esse plano com horizonte vinte trinta, e vamos abranger os primeiros seis anos desse período. Ficamos com quatro anos com o novo contrato para cumprir, que vai estar disposto nesse plano. O que esse plano aponta é que a parte dos resíduos urbanos biodegradáveis vão impor-se metas muito exigentes, isto é, o que agora não é separado das matérias orgânicas vai passar a ser separado. Essa matéria pode, e é essa a indicação, recair sobre os munícipes. Daí estar a fazer a pergunta, se tiverem de renunciar este contrato para alargamento dessa recolha, como é que este contrato vai resolver? Terá custos anuais? Deveria haver aqui qualquer coisa que mencionasse esse tipo de questão.”-----

Francisco Oliveira: “Se o senhor engenheiro poder responder sobre a questão das indemnizações.”-----

Engenheiro Filipe André: “Relativamente à questão do Pedro, sim, temos um quadro comunitário que está findar, temos um plano nacional de gestão de resíduos que terminará em dois mil e vinte. Neste concurso, o que pensamos fazer foi não só, fazer um concurso materializado na recolha dos resíduos, mas também a pensar naquilo que é a economia circular, naquilo que é a poupança de recursos e no que poderá ser algumas das estratégias plurianuais para os próximos anos. Daí termos previsto a parte da recolha dos resíduos orgânicos, dos RUB's, a parte do sistema PAYT, que são sistemas que estão agora a iniciar por todo o país. A recolha diferenciada de RUB ainda não temos no Algarve, vamos de certa forma dar o ponto de partida e iniciar este processo. Enfim, sobre aquilo que poderá acontecer e estão aqui previstas metas mais abrangentes e mais ambiciosas relativamente a isso. Em primeiro lugar, essa operacionalização das metas tem tudo a ver com os sistemas em alta, ou seja, atualmente essas metas, parte dos RUB's, que estão a ser separados dos indiferenciados, estão a ser implementadas no sistema em altas através das TMB's.



Portanto, não só recaem sob responsabilidade dos municípios recai sobre a responsabilidade dos resíduos no geral, a partir daí entram os sistemas em alta, é a ALGAR e os municípios. A ALGAR irá incrementar e aumentar a potencialidade e aumentar a prática das tais TNB. Ainda há dias tivemos em Espanha e eles têm já uma grande separação dos resíduos orgânicos, têm inclusivamente nas próprias estações de tratamento a compostagem desses resíduos orgânicos com reaproveitamento. Aqui, na escala Municipal, temos prevista a recolha de RUB's, fizemos uma análise geral, com os elementos possíveis, porque a informação, de certa forma é escassa, e chegamos à conclusão de que existe potencial para aumentar, existe condições para que este projeto-piloto se possa expandir ao logo do período de vigência do contrato, com benefícios. Ou seja, o facto de haver aqui uma recolha diferenciada de orgânicos vai diminuir, em alguns casos, as potências de recolha, vai incrementar a reciclagem, a durabilidade de algumas viaturas, dos contentores. Portanto, à partida estamos espectáveis que é rentável e vai produzir benefícios. O sistema PAYT, nesta fase inicial, terá necessariamente de ser um projeto-piloto, numa área confinada, temos definida a zona da Quinta do Poço, será efetuada em duas fases. Numa primeira fase com recolha diferenciada, numa segunda fase associada ao sistema tarifário para que a cada um de nós seja compensado economicamente pela separação dos resíduos e desvincular o tarifário que temos do tarifário das águas. Porque, temos um tarifário baseado em custos médios, ou seja, duas famílias diferentes, em que uma faça a separação dos resíduos e que outra não faça, mas que consumam a mesma quantidade de água paga o mesmo em termos de tarifa de resíduos. A tarifa de resíduos está indexada ao consumo da água, aquilo que pensamos ter neste concurso, porque ao fim ao cabo acaba por ser um plano estratégico, é desvincular aos poucos e tem de ser gradualmente, naturalmente esse sistema tarifário do consumo da água e ficar um tarifário baseado em custos marginais ou seja, paga mais quem produz mais. Há um incentivo financeiro às famílias, aos munícipes para, fazer o máximo de separação porque a deposição e o tratamento dos recicláveis não é faturado através do município, é faturado aquilo que não pode ser separado e não é separado. Há um longo caminho a percorrer, outros municípios estão também nesta grelha de partida. Este é um sistema que evolui, ainda estamos numa fase preliminar, numa fase inicial, mas está previsto essas situações e vamos trabalhando em conjunto e vamos vendo. Mas estão aqui previstas e foi feita uma análise da qual demonstra as vantagens ambientais e



económicas dessa separação. Isso está aqui vertido e está aqui considerado. Das consultas que fiz, não vi nenhum caderno de encargos em Portugal que vertesse de uma forma tão rigorosa e tão ambiciosa estas vertentes da recolha, da separação e da economia circular.”-----

Fernando Cabrita: “Uma questão que se prende com a duração do contrato, salvo erro a ideia que tenho é que este contrato que finda agora tem a duração de cinco anos.”-----

Presidente da Câmara: “Três anos e meio.”-----

Fernando Cabrita: “Três e meio, mais justifica a minha curiosidade. Neste momento, está-se a apontar para oito anos. Tem havido dificuldade e não se fala em dez porque havia a dificuldade por parte do Tribunal de Contas na aprovação de contratos com a duração de dez anos. Provavelmente de oito anos também não será muito fácil. Porquê passar-se de três anos e meio para oito anos? Esse período de oito anos faz com que o contrato vá passar por três mandatos, não se sabe qual será o futuro, mas seja a mesma Câmara, a mesma orientação política a questão é que me parece que num momento em que se prevê tantas alterações, a questão dos três anos e meio é pouco, nem sequer joga com um número de anos completo, são três anos e mais metade de um, porquê que não são quatro ou cinco ou seis e são logo oito? Talvez fosse mais prudente fazer-se o contrato, ainda que houvesse um acréscimo da duração do próximo relativamente a estes três anos e meio. Pode haver razões em que reconhecidamente se possa realmente achar que é pouco, porquê que não se prevê, por exemplo, seis anos? Já seriam bastantes, já seria quase o dobro, mais do dobro é para onde se vai, quando se vê que é capaz de haver algumas alterações inesperadas que possam aparecer.”-----

Francisco Oliveira: “A minha questão é no seguimento, apesar do senhor engenheiro ainda não ter respondido, sobre as indemnizações, espero que venha a responder. Relativamente a este contrato, não seria avalizado colocar no próprio a possibilidade de face ao plano nacional, o mesmo ser alterado em conformidade com aquilo que venha a ser as regras deste mesmo plano nacional. Ou seja, haver aqui uma abertura que permita, efetivamente a negociação para situações que o plano nacional venha a prever possam vir a ser incluídas.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente à questão do número de anos, é de notar que o primeiro contrato que foi feito de concessão para este tipo de serviço foi oito anos e depois o outro foi de três anos e meio para somar aos oito anos, tendo em conta a



utilização dos mesmos equipamentos, das mesmas viaturas. O que não poderia dar em cinco ou seis, senão dava uns treze ou catorze anos e era impensável. Também era impensável com três anos e meio haver um investimento de viaturas e equipamentos móveis tudo novo. Daí que, o número de anos que mais ou menos é entendido como ideal para este tipo de investimento será entre os oito e os dez anos."-----

Engenheiro Filipe André: "Vou começar pela última questão de acautelar mudanças legislativas, estão aqui devidamente acauteladas, por duas formas, uma porque este procedimento tem com base preços unitários e portanto há uma flexibilidade de gestão. Por outro lado, está aqui vertido num artigo que qualquer alteração legislativa que haja, se for ligeira o funcionário obriga-se a assimilar para que essas alterações de custos, não sendo ligeira, sendo uma alteração estrutural, naturalmente que terá de ser vista de forma a que essa alteração seja internalizada, mas isso está previsto no caderno de encargos. Relativamente às alterações que vão surgir naturalmente e que à partida têm a ver com a prática da reciclagem e o desvio da fila indiferenciada de tudo aquilo que possa ser recuperado à partida e sem fazer grandes contas, existe logo um benefício financeiro imediato. De duas formas, uma porque ao diminuirmos a produção de resíduos via da separação e de retirar aquilo que pode ser aproveitado estamos a diminuir a produção e portanto estamos a depositar menos na ALGAR. Há logo aí uma redução do custo aderido da deposição. Em segundo lugar, pagamos atualmente uma taxa de gestão de resíduos na ordem de sete euros por tonelada, quanto mais reduzirmos, quanto mais subtrairmos, digamos assim, à fração não aproveitada é menos esse valor, dos sete euros por tonelada que não vamos pagar da taxa de DGR, a tal taxa de gestão de resíduos. Para já, existe um benéfico na tarifa, para além dos benefícios do ponto de vista ambiental. À partida, desde logo existem benefícios financeiros. A filosofia deste procedimento não é materializada, digamos assim, no instrumento de recolha de resíduos, isto é um instrumento de gestão de resíduos. Aqui espelha algumas preocupações relativamente à economia circular, vamos reduzir, vamos diminuir os custos, vamos tornarmo-nos mais sustentáveis. Do ponto de vista financeiro, as viaturas que estão aqui contempladas são viaturas que diminui os meios humanos, estamos a falar de viaturas de recolha bilateral em que a recolha é só feita com um motorista, em detrimento de um motorista e dois cantoneiros que é o que temos atualmente. Há um caminho para uma sustentabilidade financeira, ambiental e social, penso que estamos no caminho certo, este é um instrumento ambicioso e



espelhará e se adaptará ao novo enquadramento da política europeia ambiental. Estou convicto disso, não encontrei nenhum procedimento deste no país que espelhasse de uma forma tão evidenciada essas possíveis alterações. Relativamente à questão das indemnizações, esses valores ao fazer uma análise financeira dos custos principais provisionais deste procedimento tivemos de considerar aqui o valor das indemnizações porque o valor está lá considerado e que se for necessário pagar algumas indemnizações é desse fundo que irão sair os montantes. Evidente que se chegar ao final do contrato, se esse valor não for totalmente gasto aí terá haver uma compensação para o município. É a tal flexibilidade financeira que o contrato produz e que este contrato prevê. Ao se fazer a estrutura de custos teve de se considerar este valor, não tenho como não considerar. Um dos elementos que os concorrentes têm de apresentar nestas peças do concurso é uma demonstração financeira rigorosa, não só dos custos mas também daquilo que é o valor atual da taxa interna de rentabilidade, do fluxo de caixa, etc. Existe o critério que será valorizado que é os mapas financeiros, para permitir um escrutínio rigoroso, o mais detalhado possível daquilo que é os gastos e os custos que a empresa terá. Se, chegando ao final do contrato, se qualquer uma das rubricas que o valor não tenha sido devidamente gasto, ou eventualmente outras rubricas seja necessário gastar mais, aí é o tal reequilíbrio financeiro do contrato, são as contas finais que estão aqui previstas, quer no contrato, quer no Código dos Contratos Públicos. Penso que esta questão das indemnizações é uma salvaguarda dos colaboradores, devidamente aqui acautelada e devidamente assinalada e identificada. Não vejo como isso possa ser um aspeto negativo."-----

Presidente da Assembleia: "A pergunta do Dr. Francisco Oliveira foi que no contrato vigente há uma rubrica que é de compensação, se esta verba não for paga é ou não devolvida ao município? O que se pretende saber é se a empresa que cessa hoje, se tiver cento e cinquenta mil euros para indemnizações, se não pagar cento e cinquenta mil euros de indemnizações devolve ao município este montante?"-----

Engenheiro Filipe André: "É uma questão jurídica, não está clarificado dessa forma no contrato. Não tenho como responder a essa questão."-----

Francisco Oliveira: "É essencialmente essa a questão, saber se efetivamente é ou não, porque percebe-se que eventualmente, no quadro dos custos tenha que ser incluído o valor a indemnização quanto aos trabalhadores em causa, isso não está em causa. No entanto, como dizia o senhor Presidente, os trabalhadores que saiam, saem,



eventualmente, sem indemnização. Isso também não me parece. Parece-me que queiram sair e eventualmente tenham que pagar indemnização, mas tudo bem, está lá a indemnização para ser paga, agora, não me parece razoável que a entidade em causa, que recebeu esse valor em função de um custo que irá ter, não tendo esse custo, embolse esse montante. Portanto, a situação é essa, quer no contrato que terminou, quer no contrato que agora se vai iniciar, acautelar essa questão, que, no quadro que irão fornecer, dos custos que vão ter, nomeadamente e entre os quais a indemnização, estará lá o montante, e vão dizer que são quarenta milhões incluindo um milhão para indemnizações, chegam ao fim dos oito anos, não pagaram um milhão de indemnizações, onde é que fica este montante? É essa a questão. A segunda questão que gostaria de colocar é, no que diz respeito ao contrato, como referiu, de haver aqui esta possibilidade e esta abrangência, há aqui duas situações. Quando falou em situações não tão graves, ou situações ligeiras e situações mais profundas, de alterações de legislação, a minha pergunta é se está definido o critério do conceito do que é ligeiro e do que é profundo? Por outro lado, também no que diz respeito à alteração dos preços, ou à formulação de preços, também diz no contrato que sendo uma situação esporádica, que pode eventualmente haver aqui um acréscimo porque não estaria previsto, mas qual é o critério do esporádico, se esse esporádico tem algum critério temporal, ou se é uma situação concreta. Ou seja, há depois estas questões de interpretação que são extremamente importantes e relevantes para o efeito."-----

Presidente da Assembleia: "Aqui também se impõe saber se a questão das indemnizações é a empresa que tem de cativar esse montante ou se deriva de algum dispêndio por parte do município. Porque se o município não dispôs desse montante a empresa não tem de compensar o município, tem de compensar os trabalhadores. Ou é uma obrigação que é o município impõe à empresa para cativar esses montantes para fazer face às indemnizações, ou saber se esse montante é algo que o município tenha de dispor diretamente à empresa. E aqui a resposta não é indiferente porque se o município não pôs, o dinheiro é da empresa só com a obrigação de o cativar, se o município dispôs desse montante, obviamente tem de o retornar. Da compreensão da sua resposta, bem como da explanação do Dr.º Francisco Oliveira, o que me parece é que é uma obrigação para a empresa ter esse valor suficiente para compensar os trabalhadores, mas que não deriva necessariamente do dispêndio financeiro, ou monetário por parte do município."-----



Pedro Coelho: "Quanto às questões legislativas de alteração, que se está a colocar, a questão do novo plano estratégico, que está em cima da mesa vai trazer uma mudança significativa na questão das metas. Vai se aplicar o princípio da subsidiariedade, ou seja, pela primeira vez o sistema vai ter metas à escala local. Essa questão é bem clara, à pouco foi dito, na explicação que o plano tinha metas ao sistema, neste caso, resíduos Algarve, é verdade, no passado, na primeira geração do plano, na segunda geração do plano não foi já bem assim e na terceira geração de plano não vai ser assim. O plano em cima da mesa vai trazer metas locais, locais aos concelhos com maior potencial de desvio, obviamente Albufeira face à sazonalidade que tem e à importância turística, tem uma grande potencialidade de desvio, como foi reconhecido aqui na explicação. Por isso é normal que apareça uma meta específica em determinados resíduos para o concelho de Albufeira. É expectável que assim aconteça. Daí a pergunta, se no atual contrato, se existir necessidade de direcionar um conjunto de viaturas e contentores de um tipo de sistema para outro sistema, se o contrato acomoda desde que ele esteja claro, para que não haja conflitos na sua gestão. Julgo que a situação está bem acomodada e consegue alcançar os desafios, se não conseguir acomodar se calhar era bom repensar numa redação que permita fazer sem custos acrescidos para o município, porque o que vamos fazer é dividir um tipo de recolha que até hoje foi normal, dos resíduos que temos todos em casa, passará a ter duas separações. O lixo levará lixo, e a matéria orgânica, terá um sítio próprio de recolha."-----

Presidente da Assembleia: "Fazer só uma pequena pausa para agradecer a paciência ao Dr.º Júlio Lopes, que nos vai acompanhando nos trabalhos, mas dizer que atendendo à sua disponibilidade, nenhum de nós topará que não outra coisa a sua simpatia e ainda paciência, se nos seus afazeres tiver que se ausentar. Compreendemos que tenha a sua própria agenda e tenha o descanso que lhe é devido, pelos trabalhos que teve. Está convidado para permanecer na mesa e acompanhar os trabalhos, mas também está liberada, com toda a nossa simpatia, reconhecimento e agradecimento por ter estado presente para sair quando quiser."-----

Presidente da Câmara: "As questões das indemnizações obviamente que é uma questão jurídica, terá que ser estudada juridicamente. Relativamente à questão da alteração, tendo em conta a estratégia, que está prevista para o período dois mil e vinte, dois mil e trinta, o engenheiro Filipe já respondeu, mas também faço lembrar que é uma coisa extremamente importante, só o facto de colocar garrafas de vidro no contentor de



lixos indiferenciados está a fazer com que haja um peso maior, que vai ser pago à ALGAR. Se ele for separado, não paga nada à ALGAR. Há aqui logo uma poupança, digo o vidro porque é o mais pesado, há outros materiais, nomeadamente as latas, o papelão, tudo isso é pesado e se for separado a ALGAR recolhe sem qualquer custo, se for junto nos outros contentores, a quem compete a recolha recolhe e a Câmara tem de pagar à ALGAR. Se conseguirmos aumentar a separação destas três valências do papel, embalagens e vidro há uma poupança enorme em termos daquilo que é os pagamentos que temos de fazer na ALGAR. Há aqui possibilidades, agora perceber se pequenas alterações ao caderno de encargos, se está bem definido o que são pequenas, se são significativas ou não significativas, não está definido. Tem de ser visto a todo o momento, com certeza que as negociações serão feitas quando ocorrer alguma alteração legislativa.”-----

Francisco Oliveira: “Tendo em consideração todas estas indefinições e todas estas indecisões relativamente à situação em causa, não estamos à vontade para votar favoravelmente este projeto. Entendíamos que seria de bom-tom que o mesmo fosse revisto ou analisado de uma forma mais profundo. Nesse sentido iremos votar contra esta proposta, não por estarmos contra a necessidade de Albufeira ter esse serviço. Nesse sentido gostaria de propor que a mesma pudesse ser retirada para evitar, efetivamente o nosso voto contra.”-----

Adriano Ferrão: “Na sequência do que foi aqui dito, embora também ache que as considerações foram bastante pertinentes, também acho que deverá haver uma campanha de sensibilização junto da população, junto dos comerciantes sobretudo, e até alguma virada para aqueles que nos visitam. Porque é nessa altura, pessoas que não são de cá, que estão quatro ou cinco dias e não têm cuidado nenhum com essas coisas. Lembro, contudo, que este concurso deverá avançar o mais breve possível, porque trinta de Novembro, em processos destes, com trâmites tão demorados é um prazo extremamente curto. Corremos um risco e não podemos correr riscos com este tipo de processo que é um processo que não pode parar numa cidade, que é a recolha do lixo. Terminará no fim de Novembro e o tempo já é bastante curto e urge que nós consigamos, que esta Assembleia consiga fazer mais depressa passar este concurso.”—

Francisco Oliveira: “Segundo consta, já foi aprovado uma prorrogação de seis meses para este concurso, que eventualmente terminará em Agosto, será o termo do contrato em Agosto e que já teria sido feita uma prorrogação do prazo para esse



efeito. Sendo que, daqui até agosto, mesmo aprovando de imediato, seria difícil termos a situação resolvida. Era nesse sentido que propúnhamos, não é por duas ou três semanas que, eventualmente, se coloque esta situação, que se venha a atrasar todo o processo cuja prorrogação do prazo já tenha sido efetuada. Tendo em consideração que existem estes pontos a acautelar, seria de bom-tom verificarmos e analisarmos. Contudo, isto ter a ver com perder-se duas semanas ou perder-se daqui a algum tempo bastante mais, quer em termos económicos quer em termos de agilização do concurso. A ideia, de facto não é dificultar, levantar problemas ou atrasar, é aquilo que se faça se faça bem feito. Nós verificamos o último concurso e infelizmente, por diversas vicissitudes, não porque as pessoas não tivessem interesse, de facto, não correu da melhor forma. Nesse aspeto, uma vez que já temos essa experiência, acautelar aquilo que possam ser as zonas mais cinzentas que este concurso possa ter."-----

Fernando Cabrita: "Depressa e bem há pouco quem, mas é verdade, a celeridade sempre foi inimiga da perfeição e às vezes cometem-se alguns dislates precisamente por se andar muito depressa. A justiça em geral é a mesma coisa, o senhor Presidente é advogado, sabe que assim é. A justiça lenta é muito morosa, não é nada conveniente, mas a justiça muito apressada, veja-se os exemplos, a justiça nos Estados Unidos é rápida, mas às vezes dá-se conta que afinal o culpado não era aquele homem era outro e entretanto a cadeira elétrica já funcionou."-----

Adriano Ferrão: "Nas minhas palavras não está obstaculização de se estudar ou se preparar melhor o documento. Contudo, há que ter em conta a brevidade necessária."--

Presidente da Assembleia: "Há aqui uma questão que se impõe, se retiramos isto hoje e se vier daqui a duas semanas, se a Câmara altera algum ponto. Se a Câmara não alterar, nós estamos a adiar o assunto para duas semanas. A pergunta que tenho de fazer ao senhor Presidente da Câmara é, se prevê disponibilidade do executivo para removermos este ponto hoje e se assim for deliberado, alterar alguma consideração? Ou considera que se o documento for retirado virá exatamente o mesmo?"-----

Presidente da Câmara: "Com certeza que não virá o mesmo, mas há aqui dois ou três aspetos que poderão vir a ser mais clarificados. Evidentemente que estes atrasos vão-se acumulando e faço lembrar que fizemos uma apresentação de uma primeira versão já há alguns meses, de lá para cá, dos membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes não houve ninguém que fornecesse situações, à exceção do PAN, uma situação que contemplamos no próprio caderno de encargos, relativamente aos animais



feridos e abandonados. Passaram-se estes meses todos e não houve dúvidas, nem questões e hoje, aparece aqui este conjunto de questões, concordo e é legítimo. É possível em termos de Câmara Municipal, embora seja com gravidade, porque o atraso de mais duas ou três semanas começa a ser extremamente grave, mas podemos clarificar a questão das indemnizações e eventualmente uma redação diferente num artigo ou outro, que não sei se vai adiantar muito. Como o engenheiro Felipe há pouco disse e bem, é uma questão mais jurídica que propriamente técnica, não sei se vai haver muita melhoria em relação àquilo que está presente. Não sei se ganha algum tempo com isso, mas se a Assembleia o entender. Nesse ponto essencialmente e depois naquele ponto da estratégia vinte/trinta. Mas os artigos estão devidamente claros, penso que não é preciso."-----

Presidente da Assembleia: "A questão é precisamente essa, é que nós levantamos a discussão em termos genéricos da situação da recolha de resíduos urbanos, mas depois ao concretizarmos neste concurso em si, essas questões não estão levantadas. Estão levantadas no passado e a Assembleia pode fazer a qualquer momento, pedir esses esclarecimentos e que venham, porque derivam do contrato anterior. Estamos a abrir um concurso internacional e não vão ser seis meses que permitirão isto. Os membros da Assembleia Municipal estiveram presentes, fizemos algumas queixas que não temos informação por parte do executivo e depois temos e não aproveitamos para acautelar dúvidas e propostas. Agora é saber se retiramos este ponto, se ele vier exatamente no mesmo a única coisa que estamos a fazer é adiar uma semana ou duas. Agora saber se o executivo irá ou não, porque o engenheiro disse que o caderno de encargos considera que não conhece nenhum tão bom como este, levo isto como válido, pelos técnicos que estiveram a trabalhar porque já é o terceiro ou quarto contrato que o fazem. Agora é saber se o executivo vier alterar a proposta e se entender que é viável. Se for retirar para discuti-lo melhor, podemos fazê-lo, se for retirado para saber se a Câmara instrui isto de forma diferente, isto é um concurso completamente diferente e portanto temos de devolver o documento ao executivo. Saber se é eficaz relativamente a esta atitude por parte da Assembleia Municipal ou não."-----

Presidente da Câmara: "A minha resposta é tão só a que disse há pouco, relativamente às indemnizações pode eventualmente haver um esclarecimento mais claro, do que é a parte jurídica deste modelo das indemnizações. Quanto ao resto não vejo que haja necessidade de alterações, porque se formos ver bem, vamos eternizar isto e vamos



andar eternamente em alterações. Aí sim, começa a ser extremamente grave a situação. É preciso muito cuidado com esta situação, como já disse, há dois ou três meses apresentamos isto e foi dos poucos concursos que foi apresentado a todos os líderes de bancada da Assembleia Municipal, a todos os membros do executivo camarário, inclusivamente perguntei ao deputado Francisco Oliveira se tinha algumas alterações ou sugestões a propor e ele não me respondeu. O que me faz crer que se não dizem nada até determinada altura é porque não há grandes dúvidas e agora de um momento para o outro surgem estas dúvidas todas. Fico a pensar se vindo cá depois de duas ou três semanas depois de algumas alterações será que não ficamos na mesma. Não quero correr o risco disto descambar e haver alguma dificuldade na questão do concurso, que é um concurso extremamente importante para deixar ir atrasando.”-----

Francisco Oliveira: “Como lhe tinha referido, as questões quando foram colocadas, foram colocadas essencialmente no âmbito técnico e a explicação que foi dada foi de âmbito técnico. Devo confessar que em termos técnicos estou-me a valer do que diz o engenheiro Felipe, e sem dúvida alguma tomando como bom, mas como acabou de referir há pouco, muitas das questões que estão aqui em causa são de âmbito jurídico. São essas, de âmbito jurídico depois a discutir são extremamente importantes. A definição de critérios, as questões sobre indemnizações ou não indemnizações, essas situações que já não têm a ver com a questão técnica mas sim com a execução do contrato são extremamente importantes. É nesse sentido e nesse campo, pela análise que fiz da última proposta que veio do contrato é que se levantam todas estas questões. Portanto, continuamos a manter a posição de que achamos que é preferível perder duas ou três semanas neste contrato, fazer-se as alterações necessárias e que o mesmo venha e seja devidamente aprovado.”-----

João Silva: “Confirmando e apostando nas palavras do senhor Presidente, um projeto que foi apresentado há cerca de dois meses, onde houve tempo para tirarem todas as dúvidas e para esclarecer todas as questões, independentemente de serem jurídicas ou técnicas, não faz sentido nenhum chegar a este ponto e estar a colocar todas essas questões em cima da mesa e colocar em causa um concurso público que todos nós sabemos que tem a complexidade que tem. Vamos manter a nossa votação, se o Partido Socialista quiser assumir que quer prolongar este processo por mais duas ou três semanas, que o assuma e seja da sua responsabilidade.”-----



Presidente da Câmara: "Num concurso há sempre um período para a revisão de erros e omissões, evidentemente que se pode. Supomos uma situação complexa em termos de um erro ou uma omissão que seja clarificado, terá que ser nessa altura e pode ser sempre revisto nessa altura. As questões jurídicas não são por aí além, é apenas a questão das indemnizações. Não garanto que ao fim de três semanas ou um mês vir aqui a Assembleia e vamos estar aqui a discutir a mesma coisa e o problema ficar na mesma."-----

Presidente da Assembleia: "Temos a proposta do partido Socialista para remover este ponto da discussão e remessa à Câmara para que se incluam alterações que derivaram da discussão na Assembleia Municipal."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA:-----

Votos contra: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Rui Serôdio, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta. -----

Votos a favor: doze (12): Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras -----

A proposta foi reprovada com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal.-----

VOTAÇÃO PONTO CINCO: -----

Votos contra: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Rui Serôdio, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

Renato Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos seis e sete e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª revisão das grandes opções do plano 2018-2021; -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª revisão do orçamento para o ano 2018, incluindo a 2.ª alteração ao mapa de pessoal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Gostaria de um esclarecimento relativamente à questão dos valores indicados para as Juntas de Freguesia, porque pelo menos pela informação que me tem chegado, tem havido aqui alguma diferença naquilo que são as informações transmitidas. Inicialmente, corrija-me senhor Presidente, se estiver errado, teria sido dito que haveria um reforço das verbas para as Juntas de Freguesia no valor de cerca de duzentos e cinquenta mil a trezentos mil euros para cada Junta e para as Juntas de Albufeira e Olhos de Água um valor a dobrar, ou seja, de cerca de seiscentos mil euros. Posteriormente também fui informado que numa primeira fase haveria reforço das verbas das Juntas de Freguesia em cinquenta por cento daquilo que seria o seu orçamento e presumo que consta desta alteração ao orçamento e às grandes opções do plano. Resta saber se este valor dos cinquenta por cento é um valor que colmata somente as delegações que neste momento estão em vigor, ou seja, as necessidades que estão em vigor, ou se a isso acresce alguma outra delegação de competências e se o valor posterior que foi comprometido vai encerrar em si mais delegações de competências, portanto, mais necessidade de trabalho para as Juntas de Freguesias. Gostaria desse esclarecimento."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao aumento que está previsto nesta revisão orçamental, cinquenta por cento para todas as Juntas de Freguesia, é um aumento em relação áquilo que já está atribuído, foi aprovado em sede de orçamento para dois mil e dezoito, obviamente que esse terá de ser acompanhado de mais algumas competências. Não fica necessariamente fechado o valor dos cinquenta por cento, porque vamos continuar as reuniões, só estou à espera desta aprovação, tem de ser com a revisão, a



utilização do saldo da gerência, de chegarmos à conclusão de que competências é que foram transferidas para as quantificar. Será que cinquenta por cento chega? Depende do que for transferido de competências, pode não chegar e nessa altura faz-se o acerto, para que chegue."-----

Francisco Oliveira: "A questão é saber se para além destes cinquenta por cento daquele valor que tinha sido falado, isto são dados que me foram transmitidos, se se iria reforçar com mais competências. Até porque sabemos que vem aí, numa fase posterior, as delegações de competências para as autarquias locais e para as Juntas de Freguesia que necessariamente implicarão também um enfoque financeiro, mas isso será uma situação de legislação nacional que estará para sair dentro em breve. Mas neste caso concreto, a informação que tínhamos das reuniões que foram feitas é que haveria, para já os cinquenta por cento e posteriormente o reforço relativamente àquelas verbas."-----

Presidente da Câmara: "Mas não poderemos estar a pensar em falar primeiro no dinheiro e depois nas competências, tem de ser ao contrário. Primeiro temos de discutir as competências, já reuni duas vezes com os Presidentes de Junta para começar a clarificar, não só o acordo de execução das competências que está feita, falta com a Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, porque ainda não tinha sido aprovado, na altura, na Assembleia de Freguesia, e agora já pode ser assinada a qualquer momento. Essa falta clarificar as competências que estão inseridas com aquele valor e estes cinquenta por cento, ou mais ou menos, serão, com certeza, acompanhados de competências a ser transferidas."-----

Francisco Oliveira: "Verifica-se aqui, quer nas grandes opções do plano, quer no próprio orçamento que foi retirado os valores que estariam atribuídos e já prometidos à Nuclearve, portanto, que foi adiado um ano, o projeto em si para esse efeito. Esse e outros projetos que aqui estão, estão a ser adiados para o próximo ano, ou para os próximos anos. Era nesse sentido, que gostava de ouvir o senhor Presidente."-----

Presidente da Câmara: "Se continuarmos com atrasos de, neste momento estamos no mês de maio, abrir concursos e se estiverem em condições de serem abertos, não chegaria até ao final deste ano. Não se faz, com certeza obra nenhuma, quando os projetos ainda não estão em condições de serem lançados em concurso. Com alguma sorte, talvez nos meses de Outubro ou Novembro poderia se começar alguma obra, mas não é isso que está a acontecer. O facto de ser desviado mais para a frente, não



significa isto, nem pouco mais ou menos. Aliás, uma das prioridades em termos de lares, para além do nosso, nos Olhos de Água, que não é por via indireta de qualquer associação, é por via do município, esse será o que está mais avançado em termos temporais, mas logo a seguir vem o da Nuclegarve. A obra será em dois mil e dezanove."-----

Fernando Cabrita: "Como o Presidente da Câmara referiu, não se dá dinheiro primeiro e depois é que se dão as competências, estamos aqui de boa-fé, ninguém quer o dinheiro primeiro. A questão é esta, é que estamos a pôr a questão no sentido contrário, pode acontecer que venha uma determinada verba e depois venha uma série de competências para as quais manifestamente essa verba pode não chegar. Mas registei as palavras do Presidente da Câmara, com agrado, na medida em que disse que depois logo se faz o acerto."-----

Miguel Pinheiro: "Queria questionar o porquê de já irmos na terceira revisão do orçamento e das grandes opções do plano e continua-se a ver deficiência nas competências que a Câmara Municipal tem quanto às escolas, continua-se a assistir ao desinvestimento, só na alimentação temos equipamentos completamente desatualizados, temos doses tão pequenas que chega ao ridículo das crianças não poderem repetir, porque não existe para toda a gente. Quem diz crianças diz os docentes. Temos uma falta de investimento, nos espaços exteriores, pavimentação completamente destruída. Onde está a educação no orçamento da Câmara Municipal?"-----

Indaleta Cabrita: "Só para esclarecer a quem não está bem dentro do assunto, pegando nas palavras do senhor Presidente, os Presidentes de Juntas foram chamados para nos pronunciarmos acerca das competências que achávamos mais importantes. Na altura, nessas reuniões pronunciarmo-nos acerca das competências que não estando naquele quadro das competências delegadas, nós achávamos que deveríamos tê-las, achávamos que a Câmara as iria delegar. Quando o Presidente ou o executivo pensar nas novas competências que não estão neste momento, só queria dizer que nós pronunciarmo-nos nessa reunião acerca daquelas competências que gostaríamos que nos fossem passadas."-----

Francisco Oliveira: "Face a estas situações, entendemos que esta revisão, quer as grandes opções do plano quer o orçamento revela, de facto, um atraso no que diz resPAYT aos projetos em causa, nesse sentido iremos dar indicação da abstenção, embora com liberdade de voto aos nossos membros da Assembleia."-----



Presidente da Câmara: "Para responder ao Miguel Pinheiro, quanto às doses pequenas nas cantinas, não me tem chegado nenhuma reclamação nesse sentido. Relativamente à questão dos equipamentos e do desinvestimento na educação se verificar há agora questões que vão ser resolvidas após esta revisão orçamental. Como sabe, o saldo da gerência do ano económico para outro ano económico não pode ser utilizado sem que sejam aprovadas as contas e foram aprovadas na última Assembleia Municipal. Por acaso não veio a revisão nessa Assembleia, podia ter vindo, veio hoje e a partir de hoje pretende-se começar a fazer esse tipo de coisas. Evidentemente que isto não resolve tudo, há muita coisa a fazer. Agora os serviços têm de preparar os concursos, alguns já estão preparados, nomeadamente a aquisição de equipamentos novos para cozinhas, está dependente precisamente desta revisão, enquanto que o das reparações já está em andamento. Esta revisão é fundamental para que se comece a fazer algumas coisas, mais do que aquilo que se tem feito, não quer dizer que fique tudo ótimo mas melhorará com certeza."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO SEIS:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Roberto Raposo --

Votos a favor: quinze (15): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Rui Serôdio, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO SETE:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Roberto Raposo --

Votos a favor: quinze (15): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Rui Serôdio, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

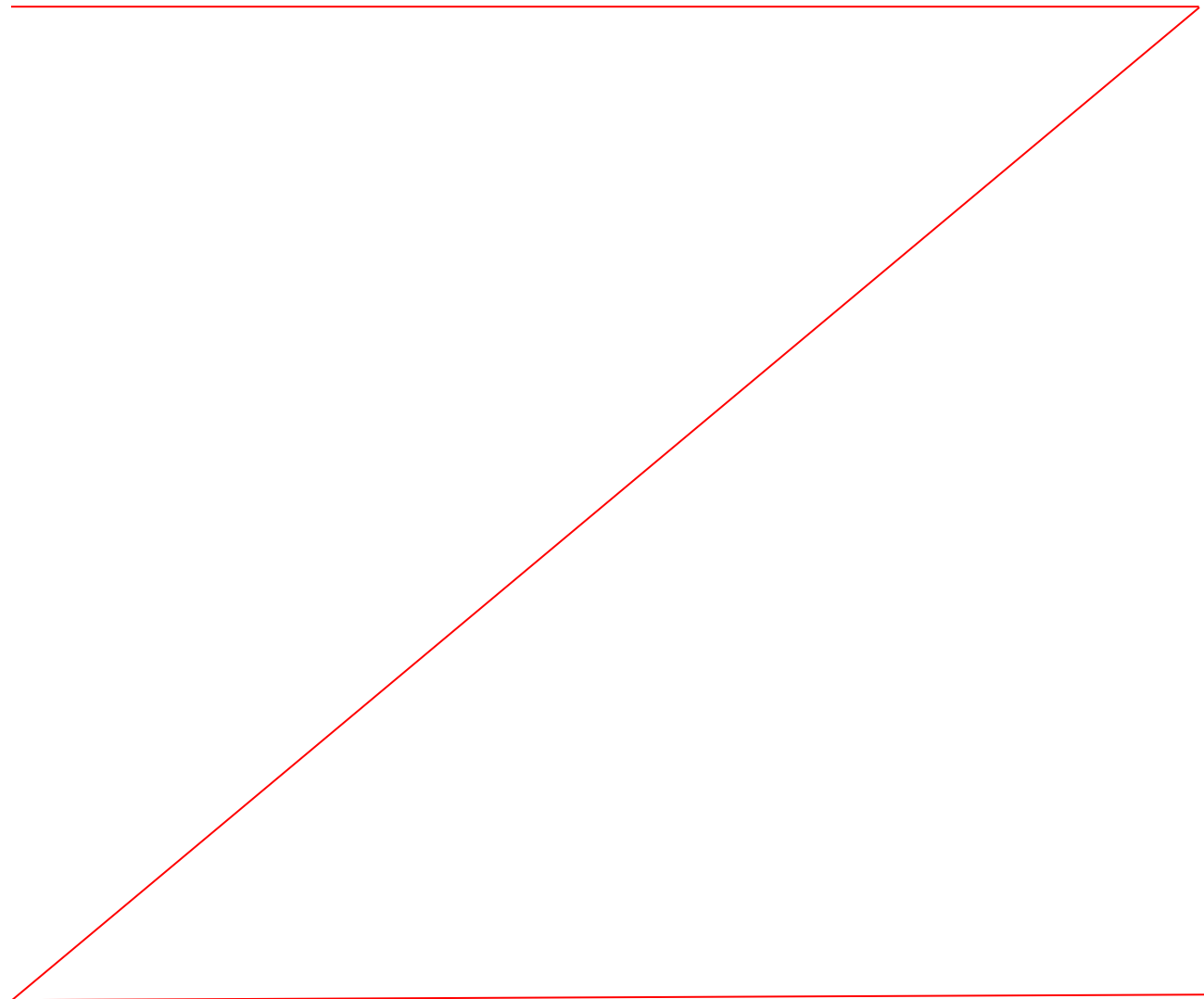
A proposta foi aprovada por maioria. -----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 10 de maio de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 5.º da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 10/05/2018, nomeadamente, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no município de Albufeira, apresentar:

Declaração de Voto

A Câmara Municipal propõe pagar a uma empresa pela recolha de lixo, lixo esse que é considerado um activo passível de gerar dividendos para o município, e, que a tarefa de limpeza do concelho não é uma necessidade pontual, mas permanente.

A CDU entende que as necessidades permanentes relativas à saúde pública e de bem-estar da população não devem ser delegadas a terceiros. Aliás, é de referir que o último exercício da empresa a que foi adjudicada a limpeza do concelho, muito deixou a desejar, pelo que, pode e deve, esta edilidade assumir a responsabilidade da limpeza de todo o concelho, beneficiando assim quem cá vive e quem nos visita.

No que respeita o ponto 5 da ordem de trabalhos, a CDU não só vota contra, como sugere a afectação e/ou contratação dos recursos humanos e materiais necessários para esta nobre tarefa, certos que esta medida será, financeira e socialmente, mais viável e com um resultado mais dignificante para o concelho.

Albufeira, 10/05/2018

Renato J. M. M. Pimenta